

*1. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado. Precedentes.*

*2. Na hipótese, o trânsito em julgado para a acusação ocorreu em 12/7/2016 (fl. 13). Assim, conforme já consignado, tendo transcorrido o lapso temporal superior a 3 anos entre o trânsito em julgado para a acusação e os dias atuais, resta configurada a prescrição da pretensão executória, nos termos do art. 109, VI, c/c os arts. 110, § 1º, e 112, I, todos do CP.*

*3. Agravo regimental improvido.*

*(STJ, AgRg no HC 555043/SC, 6ª Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, j. 05.05.2020, DJe 15.05.2020)*

Com a mesma orientação: STJ, AgRg no HC 545998/SP, 5ª Turma, Rel. Des. Convocado Leopoldo de Arruda Raposo, j. 10.03.2020, DJe 16.03.2020; STJ, AgRg no AREsp 1393147/RJ, 6ª Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. 10.03.2020, DJe 17.03.2020; STJ, EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 1578442/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, j. 03.03.2020, DJe 10.03.2020; STJ, AgRg no HC 449208/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, j. 04.02.2020, DJe 12.02.2020.

Portanto, trata-se de controvérsia eminentemente jurídica e os argumentos lançados revestem-se de plausibilidade. Considerando-se ainda a finalidade do recurso especial de uniformização do entendimento sobre determinado dispositivo de lei, de rigor a admissibilidade do recurso.

Em face do exposto, **admito** o recurso especial.

Intimem-se.

## II – RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

Trata-se de recurso extraordinário interposto por Edvanaldo Guimarães Pereira (id 174917904, fls. 52/71) com fulcro no art. 102, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão deste Tribunal Regional Federal cuja ementa foi transcrita.

O recorrente alega, em síntese: (i) que o acórdão contrariou o artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal, pois a interpretação não literal dada ao artigo 112, inciso I, do Código Penal consiste em verdadeira criação da legislação penal; e (ii) que o acórdão também infringiu o princípio da irretroatividade da lei penal, descrito no artigo 5º, inciso XL, da Constituição Federal, pois o recorrente foi condenado por crime contra a ordem tributária em 2005, muitos anos antes do entendimento jurisprudencial que vedou a execução antecipada da pena e da criação desse novo marco inicial da prescrição da pretensão executória.



Contrarrazões do Ministério Público Federal pela inadmissibilidade do recurso e, se admitido, pelo seu desprovimento.

**Decido.**

Presentes os pressupostos recursais genéricos.

Quanto à repercussão geral suscitada, não compete análise por esta Corte.

O recurso comporta admissibilidade.

A discussão pretendida foi alçada pelo Supremo Tribunal Federal ao tema de repercussão geral no ARE 848.107/DF (Tema 788) em 12.12.2014, sem, contudo, determinação de suspensão nacional.

Nesses termos, mostra-se plausível a alegação.

Em face do exposto, **admito** o recurso extraordinário.

Intimem-se.

